

Continue



Questões sobre direitos fundamentais

rights enforce important principles like dignity, fairness, respect and equality. The rights are standards for how we live and work in Europe today. Fundamental rights are at the heart of the European project. And the EU enshrined them in its Charter of Fundamental Rights. FRA was set up to protect and promote them. Despite this heritage, there are many challenges to the practice of fundamental rights. FRA collects and analyses data to understand and tackle these issues. We work in partnership with EU institutions, Member States and civil society. Together, we help make fundamental rights a reality for everyone living in the EU. What is the EU Charter of Fundamental Rights? The Charter of Fundamental Rights is the European Union's bill of human rights. Its 50 articles bring together the rights and freedoms belonging to everyone in the EU. General provisions in the Charter set out its detailed interpretation and application. Member States have a duty to respect and observe the Charter when acting within EU law. The European Convention drafted the Charter in 1999. And the European Parliament proclaimed it a year later. The Charter came into full legal effect with the Treaty of Lisbon on December 1, 2009. When are authorities required to apply the Charter? The Charter of Fundamental Rights binds Member States "only when...implementing Union law". But EU law often applies at national level. It influences significant parts of Member States' law and policymaking. This makes judges, politicians, government officials and legal practitioners core Charter agents. The Charter applies whenever they work within EU law. Application of the Charter is central to the proper implementation of EU law. FRA's handbook on Applying the Charter of Fundamental Rights offers guidance. A Constituição de 1988 consolidou direitos e garantias fundamentais, representando um marco na história política brasileira. Conhecer seus principais artigos é essencial para candidatos de vestibulares e ENEM. A compreensão dos pilares da Constituição é importante para a formação crítica e a cidadania. Assim, questões sobre seus princípios são frequentes nesses exames. Resolução Detalhada: A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, garante direitos fundamentais de todos os cidadãos. O inciso IV esclarece que é livre a manifestação do pensamento, assegurando a liberdade de expressão. Portanto, a alternativa correta é a letra b, que menciona a liberdade de expressão. Resolução Detalhada: A Constituição Federal estabelece no Artigo 6º da Constituição o direito à vida, à liberdade, à igualdade, ao trabalho, à moradia, ao acesso à saúde, ao lazer, à cultura, à segurança, à maternidade e à infância, à assistência social e à participação nos destinos da sociedade. A Federal trata da proteção do meio ambiente, destacando que ele é considerado um bem comum e sua preservação é um dever do Estado e da população. A alternativa correta é a letra b. Resolução Detalhada: O artigo 6º da Constituição dispõe sobre direitos sociais que incluem educação, saúde, trabalho, lazer e proteção à maternidade, entre outros. Assim, a alternativa correta é a letra d, que menciona direitos sociais garantidos pela Constituição. Resolução Detalhada: O controle de constitucionalidade das leis é realizado pelo Poder Judiciário, podendo ocorrer de forma direta ou concentrada, conforme a previsão constitucional. Portanto, a alternativa correta é a letra b, que ilustra adequadamente esse conceito. Resolução Detalhada: O princípio da dignidade da pessoa humana é assegurado pela Constituição e deve servir como base para todas as políticas públicas e garantias de direitos. Assim, a alternativa correta é a letra a, que expressa a importância desse princípio na Constituição de 1988. Resolução Detalhada: O Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece, em sua organização, a universalidade do acesso, garantindo que todos os cidadãos tenham direito à atenção à saúde, conforme artigo 196. A alternativa correta é a letra b. Resolução Detalhada: O artigo 226 da Constituição garante a proteção do Estado à família, reconhecendo suas diversas formas e promovendo direitos iguais. A alternativa correta é a letra a. Resolução Detalhada: O artigo 14 estabelece o direito de votar a todos os cidadãos, desde que tenham 16 anos, mas é obrigatório na faixa etária a partir dos 18 anos. A alternativa correta é a letra c. Resolução Detalhada: A Constituição Federal brasileira estabelece as categorias de nacionalidade, que incluem tanto a naturalização (nato) quanto a aquisição por casamento (naturalizado). Ambas conferem plenos direitos políticos aos cidadãos. Experiências de violência física, sexual e psicológica, incluindo violência doméstica e não-parter violence. It also reports on sexual harassment at work. Os direitos fundamentais são garantias essenciais que visam proteger a dignidade da pessoa humana. Eles asseguram igualdade, liberdade e segurança, refletindo valores democráticos. Compreender esses direitos é crucial para a formação cidadã e participação social. Os direitos sociais, segundo a Constituição, são aqueles que visam garantir acesso a bens e serviços essenciais à dignidade humana. Isso inclui saúde, educação, alimentação e segurança social, todos fundamentais para a realização plena da cidadania. A liberdade de expressão é um direito fundamental, mas deve ser exercida de forma responsável. Discurso de ódio é um exemplo em que a sociedade decididamente busca regular, garantindo a segurança e dignidade de todos os cidadãos. A proteção contra a tortura é uma diretriz central nas sociedades que prezam por dignidade e direitos humanos, garantindo respeito à vida e reafirmando valores democráticos, essenciais para a convivência pacífica. A igualdade perante a lei refere-se à proteção legal igual para indivíduos, independente do background, status social ou econômico, e assegura que todos possam reivindicar e usufruir de seus direitos. O direito à privacidade garante uma proteção essencial ao indivíduo contra abusos de poder, assegurando que suas informações pessoais e familiares sejam respeitadas, mesmo em contextos onde a segurança é uma preocupação. A participação popular é fundamental em democracias, pois garante que as vozes e necessidades dos cidadãos sejam levadas em conta na deliberação e formação de políticas públicas, promovendo um governo verdadeiramente representativo. O direito à educação não só capacita os indivíduos, como também é fundamental para a cidadania ativa, formando cidadãos que conhecem seus direitos e exigem qualidade e justiça social em suas comunidades. Os direitos econômicos são essenciais para a proteção da dignidade e do bem-estar, garantindo que os cidadãos tenham condições adequadas de vida. O direito à informação é vital para a transparência governamental e empodera os cidadãos, permitindo-lhes tomar decisões conscientes com base em dados precisos e atualizados. O estabelecimento de canais de denúncia protege os cidadãos de possíveis abusos de poder, assegurando que todos os cidadãos devam ter acesso a serviços de saúde dignos e de qualidade. Isso inclui cuidados preventivos, curativos e todos os serviços necessários para garantir o bem-estar da população. Junte-se ao nosso Grupo VIP - ENEM 2024 - no WhatsApp e receba os calendários e dicas para as provas! Clique no botão abaixo para ter acesso ao Grupo VIP! OUR IMPACT Children's Rights, Parental Rights, Family Preservation, and Family First Issues. The ones dealing with constitutionality, civil liberties, racial disparity in child welfare / foster care system and government overreach. The ones nobody talks about at cocktail parties. The ones that people turn a blind eye

[illegible]

ISBN 9971-69-259-7 Darlington, Oscar G. "Gerbert, the Teacher", The American Historical Review (Volume 52, Number 3, 1947): 456 – 476. Ebrey, Patricia Buckley, Anne Walthall, James B. Palais (2006). East Asia: A Cultural, Social, and Political History. Boston: Houghton Mifflin Company. ISBN 0-618-13384-4. Fraser, Julius Thomas and Francis C. Haber. (1986). Time, Science, and Society in China and the West. Amherst: University of Massachusetts Press. ISBN 0-87023-495-1. Hartwell, Robert, "Markets, Technology, and the Structure of Enterprise in the Development of the Eleventh-Century Chinese Iron and Steel Industry", The Journal of Economic History (Volume 26, Number 1, 1966): 29–58. Holmes, Jr., Urban T. "The Idea of a Twelfth-Century Renaissance", Speculum (Volume 26, Number 4, 1951): 643 – 651. Kennedy, E. S. (1970-80). "Bīrūnī, Abū Rayhān al -". Dictionary of Scientific Biography II. New York: Charles Scribner's Sons. ISBN 0-684-10114-9. Mohn, Peter (2003). Magnetism in the Solid State: An Introduction. New York: Springer-Verlag Inc. ISBN 3-540-43183-7. Needham, Joseph (1986). Science and Civilization in China: Volume 4, Physics and Physical Technology, Part 1, Physics. Taipei: Caves Books Ltd. Needham, Joseph (1986). Science and Civilization in China: Volume 4, Physics and Physical Technology, Part 2, Mechanical Engineering. Taipei: Caves Books Ltd. Needham, Joseph (1986). Science and Civilization in China: Volume 4, Physics and Physical Technology, Part 3, Civil Engineering and Nautics. Taipei: Caves Books Ltd. Needham, Joseph (1986). Science and Civilization in China: Volume 5, Chemistry and Chemical Technology, Part 1: Paper and Printing. Taipei: Caves Books, Ltd. Needham, Joseph (1986). Science and Civilization in China: Volume 5, Chemistry and Chemical Technology, Part 7, Military Technology; the Gunpowder Epic. Taipei: Caves Books, Ltd. Needham, Joseph (1986). Science and Civilization in China: Volume 6, Biology and Biological Technology, Part 1, Botany. Taipei: Caves Books Ltd. Prioreschi, Plinio. (2003). A History of Medicine. Omaha: Horatius Press. ISBN 1-888456-05-1. Rashed, Roshdi, ed. (1996). Encyclopedia of the History of Arabic Science, Routledge, ISBN 0-415-02063-8 Salam, Abdus (1987). "Islam and Science". Ideals and Realities — Selected Essays of Abdus Salam. pp. 179–213. doi:10.1142/9789814503204_0018. ISBN 978-9971-5-0315-4. Salhab, Walid Amine. (2006). The Knights Templar of the Middle East: The Hidden History of the Islamic Origins of Freemasonry. San Francisco: Red Wheel/Weiser LLC. ISBN 1-57863-346-X. Seife, Charles. (2000) Zero: The Biography of a Dangerous Idea. New York: Penguin Books. ISBN 0-670-88457-X. Sivin, Nathan (1995). Science in Ancient China: Researches and Reflections. Brookfield, Vermont: VARIORUM, Ashgate Publishing. Tester, S. Jim. (1987). A History of Western Astrology. Rochester: Boydell & Brewer Inc. ISBN 0-85115-446-8. Unschild, Paul U. (2003). Nature, Knowledge, Imagery in an Ancient Chinese Medical Text. Berkeley: University of California Press. Wu, Jing-nuan (2005). An Illustrated Chinese Materia Medica. New York: Oxford University Press. Retrieved from " 4 The following pages link to 11th century External tools (link count transclusion count sorted list) - See help page for transcluding these entries Showing 50 items. View (previous 50 | next 50) (20 | 50 | 100 | 250 | 500)List of decades, centuries, and millennia (links | edit) History of Mali (links | edit) River Clyde (links | edit) 20th century (links | edit) 1040 (links | edit) 15th century (links | edit) 16th century (links | edit) 17th century (links | edit) 18th century (links | edit) 14th century (links | edit) 1st century (links | edit) 13th century (links | edit) 4th century (links | edit) 12th century (links | edit) 7th century (links | edit) 10th century (links | edit) 9th century (links | edit) 8th century (links | edit) 6th century (links | edit) 5th century (links | edit) 3rd century (links | edit) 2nd century (links | edit) 4th century BC (links | edit) 1st century BC (links | edit) 2nd century BC (links | edit) 3rd century BC (links | edit) 5th century BC (links | edit) 6th century BC (links | edit) 21st century BC (links | edit) 11th century BC (links | edit) 1000s (decade) (links | edit) AD 1000 (links | edit) 1040s (links | edit) 1154 (links | edit) 1163 (links | edit) 1160s (links | edit) 1141 (links | edit) 1135 (links | edit) 7th century BC (links | edit) 770s (links | edit) 1079 (links | edit) 1142 (links | edit) 1066 (links | edit) 1087 (links | edit) 1150s (links | edit) 1090s (links | edit) 1099 (links | edit) 1098 (links | edit) 1070s (links | edit) 1071 (links | edit) View (previous 50 | next 50) (20 | 50 | 100 | 250 | 500) Retrieved from " WhatLinksHere/11th century" Os direitos fundamentais são garantias básicas asseguradas pela Constituição. Eles visam proteger a dignidade humana e promover a justiça social. Conhecer esses direitos é essencial para a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. Resolução Detalhada: A afirmação correta se baseia no artigo 5º da Constituição, que estabelece que os direitos fundamentais são irrenunciáveis, garantindo a proteção da dignidade da pessoa humana. Leis específicas podem regular limitações, mas os direitos são sempre respeitados em sua essência. Resolução Detalhada: No Brasil, os tratados internacionais ratificados têm força de emenda constitucional, conforme artigo 5º, § 2º. Assim, são aplicáveis diretamente, assegurando a proteção dos direitos fundamentais no âmbito nacional. Resolução Detalhada: A Constituição pode restringir direitos em situações excepcionais (artigo 5º, inciso 31), especialmente para a defesa da ordem e da segurança pública, evidenciando que esses direitos não são absolutos, mas, sim, regulados. Resolução Detalhada: A legislação brasileira prevê o equilíbrio dos direitos, possibilitando restrições ao direito à liberdade de expressão em situações que afetem direitos de outrem, como a honra e a imagem, promovendo o respeito mútuo. Resolução Detalhada: Os direitos sociais, consagrados na Constituição, garantem condições dignas de vida aos cidadãos, promovendo acesso à saúde, educação e moradia essenciais para a dignidade humana, sendo fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Resolução Detalhada: A proteção à privacidade é um direito assegurado, que deve ser respeitado em qualquer circunstância, impedindo que informações pessoais sejam divulgadas sem consentimento, sustentando a segurança e dignidade do indivíduo. Resolução Detalhada: O exercício do direito de reunião deve ser compatível com a ordem pública e a segurança, exigindo comunicação prévia às autoridades competentes em muitas circunstâncias, conforme a legislação brasileira. Resolução Detalhada: O direito de propriedade, conforme o artigo 5º, inciso 22, é garantido pela Constituição, mas pode ser limitado em prol do interesse público e ações sociais, garantindo a função social da propriedade. Resolução Detalhada: A Constituição prevê que pessoas condenadas em certos crimes podem ser inelegíveis, restringindo assim o direito de participar ativamente da vida política como forma de defender a integridade do processo eleitoral. Resolução Detalhada: A dignidade da pessoa humana é base essencial para os direitos fundamentais, conforme o artigo 1º da Constituição, determinando que todos os direitos surgem a partir do respeito à dignidade dos seres humanos. Junte-se ao nosso Grupo VIP - ENEM 2024 - no WhatsApp e receba os calendários e dicas para as provas! Clique no botão abaixo para ter acesso ao Grupo VIP!